

## África do sul

## Além da transição

Thabo Mbeki, presidente sul-africano (Pretória, 14/4/2004) Reuters

**Dez anos após o fim do *apartheid*, quando realiza sua terceira eleição multirracial, o país, que acumulou vitórias contra o racismo, ainda não se liberta do colonialismo econômico**

Anselmo Massad e Daniel Merli\*

As eleições de 14 de abril na África do Sul marcaram a terceira vitória parlamentar consecutiva do Congresso Nacional Africano (CNA) desde o fim do *apartheid*, há dez anos. Com o fim do regime racista, em 1994, após passar 27 anos na prisão de Robben Island junto a dezenas de presos políticos, Nelson Mandela foi eleito presidente da República. Haviam transcorrido 46 anos desde a implantação do regime de *apartheid* pelo governo da minoria branca, as mudanças urgiam e existia possibilidade real de ocorrerem com o governo comandado pelo CNA. Agora, passada uma década desde a eleição de *Mandiba* (pai) Mandela, Thabo Mbeki, que o sucedeu em 1999, foi reeleito presidente. A nova vitória retrata a hegemonia política absoluta do grupo que comandou a luta contra o regime de *apartheid*: o partido de Mandela e de Mbeki obteve 69,68% dos votos (em 1994 foram 63%; em 1999, 66%), contra 12,37% do principal partido de oposição, a liberal Aliança Democrática (AD), dos brancos de língua inglesa. Com isso, o CNA obteve 279 e a AD, 50 das 400 cadeiras da Assembleia Nacional, o Parlamento sul-africano – que é quem elege, indiretamen-

te, o presidente da República.

Desde a democratização, o país pariu uma quantidade enorme de partidos (hoje, são 147 legendas), a grande maioria sem a menor expressão eleitoral. Nas eleições deste ano somente os dois primeiros colocados e o Partido Liberdade Inkatha (IFP, na sigla em inglês), de base zulu, liderado por Mangosuthu Buthelezi, com 6,97% dos votos (e 28 deputados eleitos), se destacaram. O Novo Partido Nacional (NPN), de F.W. de Klerk, último presidente do *apartheid*, teve só 1,65% dos votos.

Como o partido que obtém maioria parlamentar indica o candidato à Presidência, não poderia ser outro o resultado. Duas semanas depois das eleições parlamentares, Mbeki foi unanimemente aclamado pelos deputados. E manteve, com algumas alterações, a coalizão com que governou nos últimos cinco anos, da qual fazem parte o NPN e o IFP. A principal mudança foi justamente o afastamento de Buthelezi do Ministério, embora outros dois membros de seu partido continuem no primeiro escalão governamental. A manutenção do líder zulu no governo era parte dos compromissos assumidos pelo CNA para manter a governabilidade,

ameaçada pelas violentas disputas com os liderados por Buthelezi. O que parece ter ocorrido é que, como o CNA pela primeira vez venceu no bastião de Buthelezi, – a Província de KwaZulu-Natal, onde obteve 47,4% dos votos, contra 34,8% do IFP – Mbeki decidiu se livrar do rival.

**A Aliança** Na África do Sul voto e cor da pele estão muito atrelados. A maioria dos 80% de negros reconhecem no CNA sua expressão política – apesar de outros partidos, como o IFP, utilizarem uma estratégia similar. Não podia ser diferente, já que o regime de segregação racista manteve essa população privada de qualquer direito ou serviço público. A identificação da maioria negra em torno do CNA remonta às negociações com o governo branco. “No início dos anos 1990, o CNA conseguiu congregiar todos os movimentos de consciência negra atuantes”, lembra Trevor Ngwane, diretor do Fórum Anti-Privatização (FAP), uma rede de organizações não governamentais de combate às políticas neoliberais em curso no país. Essa característica aproximou o CNA dos setores mais à esquerda do movimento anti-*apartheid* – o que culminou

na formação da Aliança Tripartite, ou simplesmente Aliança, com o Partido Comunista e o Congresso dos Sindicatos da África do Sul (Cosatu, na sigla em inglês), a central sindical que tem um papel político formalmente reconhecido. O acordo estabelece a defesa comum de uma revolução nacional democrática, mas preserva a independência das entidades. Não podia ser diferente, já que tanto o Partido Comunista e a Cosatu têm o socialismo em seus programas – o que não ocorre com o CNA.

Além das diferenças programáticas entre os integrantes da Aliança, comunistas e membros da Cosatu divergem da orientação econômica do governo. Apesar de Mbeki defender posições bastante combativas em diversos espaços internacionais – como, por exemplo, a denúncia da formação de um Apartheid Global análogo ao sul-africano e a proposta de discussão de não-pagamento da dívida externa contraída por governos corruptos ou para favorecer apenas minorias –, as políticas comandadas

pelo ministro das Finanças, Trevor Manuel, seguem à risca um cardápio que tem como pratos principais privatizações, redução do papel do Estado, controle da inflação, geração de superávit primário, fim dos subsídios a serviços básicos, como o abastecimento de água etc.

**Sem terra, sem voto** Sharon Ekambaram, gerente dos programas sociais do Consórcio Aids, uma rede de ONGs que trabalha com a prevenção e tratamento da doença, tem uma explicação para a adoção desse tipo de orientação. Segundo ele, o processo de formação do CNA não foi o mesmo de um partido de base operária. O CNA, diz, “não é um partido de esquerda, mas um grupo que lutou por liberdade e pelo fim da segregação”. “É natural que a agenda não seja de esquerda”, diz.

O movimento liderado por Ngwane (que fez campanha pelo voto nulo), associado a outros grupos, comanda uma tentativa de formar uma alternativa política mais à esquerda da Ali-

ança. Há ainda o Movimento do Povo Sem Terra, que pregou nas eleições o slogan *No land, no vote* (sem terra, sem voto). Os sem-terra sul-africanos decidiram boicotar o processo eleitoral enquanto suas demandas por distribuição de terras não estiverem na pauta (apenas 13% da população detêm 80% das terras do país, herança dos dois séculos de colonização e das quatro décadas e meia de *apartheid*). Mas, ao contrário de muitos países pobres que aplicam a cartilha neoliberal, na África do Sul houve avanços na legislação trabalhista, quase inexistente para cidadãos negros durante o período racista. Foram também estabelecidas ações afirmativas para grupos historicamente desfavorecidos. Ao pleitear um emprego, mulheres e negros, por exemplo, devem ter preferência, caso as qualificações sejam equivalentes a outros candidatos. Além disso, cada setor econômico teve estabelecidas cotas mínimas de empregados negros, dependendo do número de funcionários. As empresas tiveram de apresentar planos de

## Herança pesada

Partido tem de mudar país onde a loucura colonial foi mais longe

Como uma minoria branca, de 10% da população, pode manter o domínio sobre o restante 90% negro da população? Foi o que a elite sul-africana conseguiu por mais de 30 anos, com a política de *apartheid*. Descendente dos primeiros colonizadores holandeses e ingleses, a elite branca sonhou com a manutenção de sua supremacia – e mais, da pureza alva de sua pele.

A colonização européia começou na África do Sul no século 17. Os primeiros europeus foram os holandeses, que se instalaram no Cabo da Boa Esperança em 1650. Os ingleses chegaram em 1795 e assumiram o controle da região nos acordos europeus posteriores às guerras napoleônicas de 1814. O reino Zulu – união de várias tribos e a força africana mais poderosa dessa região da África até o surgimento do CNA – é do começo do século 19. Em 1913, ingleses e holandeses promulgaram o Ato sobre as Terras Nativas, que destinava apenas 8% delas aos negros, a ampla maioria da população – o país tem hoje 45 milhões de habitantes, dos quais, menos de 10% são brancos.

Os colonizadores estabeleceram também as leis do passe, que cerceavam o direito de ir e vir dos africanos, e sacramentaram os guetos e bantustões aos quais eles deviam ficar confinados. Com a vitória do Partido Nacional, de extrema-direita, em 1948, o sistema de *apartheid*, da separação, foi estabelecido legalmente e os movimentos de oposição negra, colocados fora da lei – inclusive o Congresso Nacional Africano, formado em 1912.

O Partido Nacional manteve o poder por 46 anos. Mas, já nos anos 1980 chefiava um regime repudiado amplamente. O país tinha se tornado um pária internacional e sofrido várias sanções. Em 1990, F.W. de Klerk concedeu liberdade a Mandela. Foi criada então a Comissão pela Verdade e a Reconciliação, para analisar os crimes cometidos e buscar uma nova unidade para o país.



### ÁFRICA DO SUL

Área 1.223.201 Km<sup>2</sup>

**População** 43,8 milhões (2001)  
mais de 76% de origem africana,  
13% de origem européia; mestiços,  
pouco menos de 10% e os asiáticos,  
principalmente indianos, não chegam a 3%

**Religião** o cristianismo predomina, com  
83,1%; também são praticados os cultos  
tradicionais (14,4%)

**Economia** PIB: US\$ 131,1 bilhões (1999);  
renda *per capita*: US\$ 3.170 (1999)



**Abril de 1994: Mandela (à esq.) e Buthelezi apertam as mãos, observados por Klerk (o 2º à esq.), após negociações que antecederam a primeira eleição multirracial sul-africana**

adequação às exigências que abarcam todos os níveis, do operacional à direção, passando pela gerência e até os acionistas. Um exemplo da aplicação dessa política está na formação do governo: após sua posse, Mbeki nomeou mais cinco mulheres para cargos no primeiro escalão – elas agora são 22 entre os 40 ministros e vice-ministros sul-africanos.

**Apartheid social** O processo é chamado de fortalecimento econômico de negros (ou *black economic empowerment*) e está produzindo uma elite. A maioria negra continua pobre e são poucos os brancos que não mantêm seu padrão de vida (há um forte movimento de jovens brancos para a Europa e Austrália). Um indicador da situação social é que é relativamente comum ver negros em Soweto (distrito de Joanesburgo, onde os negros foram isolados desde o início do século 20) dirigindo BMWs ou Mercedes. O que é incomum é encontrar brancos andando pelas vans coletivas do centro econômico sul-africano. Segundo Patrick Bond, professor de sociologia da Universidade de Witsrand, em Joanesburgo, o que se assiste no país é a transição do *apartheid* racial para o social – já que os pobres continuam privados de uma série de direitos –, mas cada vez menos a determinação da condição social passa pela cor da pele.

“A política econômica do governo é ultra-conservadora”, diz o economista Harry Zarenda. Como resultado, o desemprego alcança taxas que vão de

28% a 42%, conforme o método considera ou não aqueles que desistiram de procurar emprego. Desde 1994, o crescimento anual médio do PIB é de 2,8%, enquanto o da população atinge 2%. Para Zarenda, o único caminho para a retomada do crescimento é abandonar alguns dos mandamentos neoliberais e retomar investimentos e iniciativas do Estado na economia. No entanto, ele aponta para um outro problema: a

falta de capacidade do governo. Isso ocorre por diversas razões, desde a falta de cultura política, de debates e tolerância a críticas, até a baixa produtividade dos funcionários públicos. Outra razão, segundo o economista, é uma espécie de efeito colateral das políticas de ação afirmativa. Para muitas empresas, encontrar negros com formação e experiência suficientes para ocupar os cargos de direção, como a legislação do país exige, é uma tarefa difícil. Como boa parte dos negros com alta qualificação formal estava no governo, um fenômeno interessante é a migração de funcionários públicos para o setor privado. Em outras palavras, políticos que se transformam em homens de negócios. “O resultado é um esvaziamento da capacidade do governo e uma certa confusão para parte da população entre o que é governo e o que é setor privado”, diz Zarenda. Cyril Ramaphosa, um dos fundadores da União Nacional de Trabalhadores de Minas e assessor de um importante parlamentar, já passou por muitas empresas privadas. Tokyo Sexwale, ex-ativista anti-*apartheid* e conselheiro de Mandela na Província de Gauteng, é atualmente executivo da Oil Row e coordena os trabalhos da empresa no Iraque. São os dois mais conhecidos casos – e dois dos homens mais ricos do país.

Como na maior parte do continente africano, a Aids é a principal ameaça à saúde pública. Estima-se que 11% dos sul-africanos (cerca de 5 milhões de pessoas) estão infectadas com o vírus HIV. Nas camadas mais jovens

da população, as porcentagens são mais assustadoras. Uma em cada quatro mulheres jovens sul-africanas está infectada. Para enfrentar o problema, o governo não tem agido rápido. Até recentemente, em agosto de 2003, o país não tinha um sistema público para distribuir medicamentos de controle do vírus. Ainda que aprovado, o coquetel de medicamentos anti-Aids ainda não chega nos hospitais. É preciso lembrar que em 2000 o presidente Mbeki fez declarações públicas negando a relação entre o vírus HIV e a Aids, das quais voltou atrás posteriormente.

**“Janela de oportunidades”** E esse não é o único desafio que as dezenas de ONGs ligadas ao tema têm de enfrentar. Apesar das campanhas de esclarecimento por meio de publicações – por exemplo, os 650 mil exemplares mensais produzidos pela revista *Love Life*, e os 11 milhões de cartilhas produzidas pela Soul City, em parceria com o Departamento de Saúde –, programas de rádio e de TV, boatos absurdos continuam se espalhando facilmente. O mais chocante circulou em 2000. Dizia-se que manter relações sexuais com uma virgem traria a cura da Aids, o que levou a uma onda de estupros de meninas e até de recém-nascidas.

Apesar do cenário trágico, algumas pessoas acreditam que mudanças possam ocorrer. “Temos uma janela de oportunidades para este país fazer o que precisa ser feito, para injetar um pouco de saúde no sistema de saúde – e fazer isso rápido”, afirma Lebo Ramafoku, da Soul City, ONG que produz materiais sobre prevenção e tratamento da Aids, além de outros questões sociais. “Médicos e enfermeiras precisam ser treinados; infra-estrutura precisa ser montada em diversas áreas; voluntários tem de ser utilizados; e todos os problemas do sistema precisam e podem ser enfrentados”. Os 24% da população adulta soropositivos aguardam a abertura da janela. ■

**Daniel Merli** é jornalista do site Planetaportoalegre [www.planetaportoalegre.net].

**Anselmo Massad** é repórter da revista *Fórum - outro mundo em debate*. Esteve na África do Sul em fevereiro passado para analisar os dez anos do fim do *apartheid*.